

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022

2022 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	cienpies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México

Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha

Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay

Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juárez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco

Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru

Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile

Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA

Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha

Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros

Prof. Dr. José Cortez Godínez, Universidad Autónoma de Baja California, México

Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha

Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista

Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás

Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México

Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia

Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
 Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. IV / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.
 Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 Edição bilingue
 ISBN 978-65-87396-59-0
 DOI 10.37572/EdArt_290522590

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis
 Curitiba-PR, Brasil
www.editoraartemis.com.br
 e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu quarto volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou um macro título Sociedade-Cidadão-Ambiente, abrangendo os eixos temáticos: Sociedade, cultura e turismo, Cidadania, saúde e bem-estar, Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Sociedade, cultura e turismo é constituído por oito artigos que revelam preocupações holísticas com o planeta Terra. A interdependência financeira das economias desenvolvidas mostra como as liberdades individuais, fruto de redes de relações nem sempre perceptíveis, as quais hipotecam os recursos da sociedade, se nada for feito, podem ter efeitos devastadores nas comunidades locais. Contudo, se o desenvolvimento económico for enquadrado por um planeamento estratégico que congregue os interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*, toda a comunidade poderá sair a ganhar. O desenvolvimento e crescimento turístico com base nos costumes e tradições locais, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, pois atrai mais turistas e consumidores, com maior impacto nas produções da economia local, e contribui para o efeito de economias de escala nas produções desses territórios.

O eixo Cidadania, saúde e bem-estar junta seis artigos que, com recurso ao estudo de casos, advogam o diagnóstico precoce, quer de doenças crónicas quer de indícios de violação de direitos laborais ou outros. Na sociedade existem padrões estereotipados, os quais poderão conduzir a que os seus ícones com maior visibilidade se sintam marginalizados por não corresponderem ao que deles se espera, levando os mesmos a viver em mentira e enganos, quais mecanismos conscientes ou inconscientes de sobrevivência. Logo, aquela metodologia permitirá antecipar a implementação de mecanismos para o tratamento adequado e a prevenção da violência, evitando o escalar daquelas anomalias, contribuindo para uma saúde de qualidade e de bem-estar social.

O eixo Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental reflete sobre um conjunto de sete artigos, os quais têm como preocupação central as mudanças climáticas e a eficiência energética. O sol é uma fonte de energia limpa e renovável que tende a substituir a energia gerada com recurso a extração de recursos não renováveis e geradores de emissões de gases de efeito de estufa. Em tese, aquela fonte permite que cada pessoa autogere o seu próprio consumo. Contudo, este hipotético cenário ainda está refém da eficiência da conversão conseguida pelos diferentes fabricantes de painéis fotovoltaicos. Por outro lado, é necessário proteger a identidade do território, valorizando as relações do indivíduo com o meio envolvente físico – paisagem natural – o que levou a que esta seja objeto de um tratados internacionais que a protegem. Esta proteção tem por finalidade estratégica conservar a biodiversidade, evitando o uso ou depósito de materiais não biodegradáveis.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos, esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual, mais curiosidade científica e proatividade na procura de satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal
Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

SOCIEDADE – CIDADÃO – AMBIENTE

SOCIEDADE, CULTURA E TURISMO

CAPÍTULO 1.....1

THE ECONOMIC CRISIS OF 2008 AND ITS SOCIAL IMPACT IN EUROPE

Célia Maria Taborda da Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225901

CAPÍTULO 2..... 15

EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO COMO GENERADOR DE UN SISTEMA POLÍTICO (PÚBLICO) DE RELACIONES E INTER-ACCIONES SOCIALES

Carlos Eduardo Burgos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225902

CAPÍTULO 3.....27

PROCESSO DAS INUNDAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO CHAMANCULO “C”, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Rosalina Inácio Fumo Langa

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225903

CAPÍTULO 4..... 36

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL

Celestino Almeida

Deolinda Alberto

Luís Quinta-Nova

Domingos Santos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225904

CAPÍTULO 5.....47

OS PROJETOS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE URBANICIDADE: O CASO “FALA VILA”

Lucas Silva Pamio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225905

CAPÍTULO 6..... 61

SOCIEDADE CIVIL, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Marcelino de Souza Lima

Timothy Leonard Koehnen

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225906

CAPÍTULO 7 80

RESORTS BRASILEIROS: CENÁRIO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2017 E 2018, SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO

Antonio Carlos Bonfato

Gabriel Furlan Coletti

Victor Ragazzi Issac

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225907

CAPÍTULO 8.....102

EVENTUALES EFECTOS DEL DESARROLLO TURÍSTICO EN COMUNIDADES: EL CASO DE DOS MANGAS EN LA PROVINCIA DE SANTA ELENA

Jhony Yumisaca Tuquinga

Silvia Zulema Plaza Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225908

CIDADANIA, SAÚDE E BEM-ESTAR

CAPÍTULO 9..... 119

YA SE VEÍA VENIR, PERO AUN ASÍ LE HICIERON CASO A ESTE VIEJO CONOCIDO: CONSIDERACIONES TRANSTEXTUALES DEL CORONAVIRUS COMO PROCESO DE SOLEDAD, TRANSFORMACIÓN Y VUELTA AL SENTIR DE LA EXISTENCIA

Bairon Jaramillo Valencia

Samantha Castaño Sepúlveda

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225909

CAPÍTULO 10..... 131

MARILYN MONROE – A TRAGÉDIA POR TRÁS DO ESTRELATO

Salomé Mouta

Isabel Fonseca Vaz

Sara Freitas Ramos

Bianca Jesus
João Martins Correia
Diana Cruz e Sousa
Sílvia Fontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259010

CAPÍTULO 11..... 141

O TUDOR QUE FICOU POR NASCER! – MARIA TUDOR E AS SUAS GESTAÇÕES FANTASMA

Isabel Fonseca Vaz
Diana Cruz e Sousa
Sara Freitas Ramos
Bianca Jesus
João Martins Correia
Salomé Mouta
Sílvia Castro
Ana Marinho Soares

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259011

CAPÍTULO 12..... 150

POR QUE MENTIMOS? - A MENTIRA NA PSICOPATOLOGIA

Rafaela Nunes Farinha
Melissa Alfafar Marques
Filipa Tavares Pontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259012

CAPÍTULO 13..... 157

IMPORTANCIA DE LA VALORACIÓN HOLÍSTICA DE LAS ARTICULACIONES TEMPOROMANDIBULARES EN PACIENTES CON ARTRITIS REUMATOIDE

Karen Vanesa Rhys
Carla Andrea Gobbi
Beatriz Busamia
María Elena Castrillón
Carolina Paulazo
Matías Moron
Eduardo Albiero
Paula Alba

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259013

CAPÍTULO 14.....167

ESTUDIO CUALITATIVO DE LAS ESTRATEGIAS DE AFRONTAMIENTO: HACIA UN
MODELO DE AFRONTAMIENTO CREATIVO, REACTIVO Y PROTECTIVO

Lautaro Ciramí

Liliana Edith Ferrari

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259014

RECURSOS ENERGÉTICOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CAPÍTULO 15179

INVESTIGACIÓN Y APLICACIÓN DE ENERGÍAS LIMPIAS A TRAVÉS DE ENERGÍA
SOLAR EN LA CIUDAD DE NEIVA

Ana Lucia Paque Salazar

Arnold Ferney Torres Ome

Camilo Rojas Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259015

CAPÍTULO 16187

COSTOS DE ABATIMIENTO DEL CAMBIO CLIMÁTICO Y EXTRACCIÓN DE RECURSOS
NO RENOVABLES EN EL PERÚ

Edelina Coayla

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259016

CAPÍTULO 17 198

LA APLICACIÓN DEL CONVENIO EUROPEO DEL PAISAJE A LA PLANIFICACIÓN DE
LOS ESPACIOS NATURALES PROTEGIDOS ANDALUCES

José David Albarrán Periañez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259017

CAPÍTULO 18208

PAISAJE RIBEREÑO, APROPIACIÓN E IDENTIDAD

Cecilia Craig

Nora Pastor

Sandra Ursino

Dante Barbero

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259018

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL

Data de submissão: 19/01/2022

Data de aceite: 04/02/2022

Celestino Almeida¹

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4226-2733>

Deolinda Alberto²

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6606-618X>

Luís Quinta-Nova³

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8464-7527>

Domingos Santos⁴

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5357-0662>

¹ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Unidade de Investigação QRural - Qualidade de Vida no Meio Rural, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - Projeto UIDB/00681/2020

² Instituto Politécnico de Castelo Branco, Unidade de Investigação QRural - Qualidade de Vida no Meio Rural, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - Projeto UIDB/00681/2020

³ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro de Estudos sobre Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) - projeto UIDB/00681/2020

⁴ Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.NOVA

RESUMO: No decorrer da vivência da autonomia autárquica o processo de tomada de iniciativa é a base para a dinâmica evolutiva do território, pois além da implementação das políticas nacionais, cabe às autarquias a definição de soluções para responder às expectativas das respetivas populações. É neste contexto que o planeamento estratégico emerge como instrumento privilegiado para a intervenção no território. Em 2004, a autarquia de Vila Velha de Ródão lançou ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco o desafio para a elaboração de um plano estratégico para o concelho. Daqui resultou a constituição de uma equipa multidisciplinar que, com base em metodologias de auscultação direta e participativa, produziu um documento validado pela autarquia e que foi instituído como o plano das intervenções estratégicas a implementar nos anos seguintes. Passados 15 anos procedeu-se à avaliação da execução das intervenções então propostas; atendendo a esta avaliação e às novas dinâmicas experienciadas no concelho, a edilidade considerou pertinente visitar o plano estratégico municipal. A presente comunicação descreve e discute o processo de planeamento estratégico que esteve na base da realização do primeiro “Plano Estratégico da Município de Vila Velha e Ródão”, e explora as linhas de orientação seguidas numa ótica de continuidade para um segundo plano estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia. Planeamento. Processo Colaborativo. Desenvolvimento Local. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Num território como o do município de Vila Velha de Ródão, que alia a sua pequena dimensão espacial à baixa densidade populacional, é natural que os autarcas experienciem uma maior proximidade com os seus munícipes e, de alguma forma, se sintam mais vinculados à perspectiva de lhes corresponder aos anseios. Obviamente que a gestão do município, e principalmente na vertente que diz respeito ao desenvolvimento sustentado do mesmo, não tem sentido ocorrer de forma casuística, deverá, portanto, ocorrer de forma organizada e sistemática, assente em planos estratégicos orientadores das intervenções numa lógica de médio, longo prazo.

No âmbito e no contexto referidos, foi elaborado em 2004 um Plano Estratégico para o município de VVR, o qual foi validado pelos órgãos competentes da autarquia, que posteriormente o foi implementando, através do seu envolvimento em projetos que decorriam direta ou indiretamente do plano traçado. Assim, e passado período previsto para a implementação, e verificada uma elevada taxa de execução relativamente as propostas contidas no plano estratégico, a autarquia optou por envolver-se na elaboração de um segundo plano estratégico, dando seguimento à dinâmica então criada.

Apesar de não ter sido feito qualquer estudo relativamente à eficácia da metodologia seguida pela equipa técnica que produziu o primeiro plano estratégico, temos a convicção que parte do sucesso do mesmo se deve ao formato metodológico seguido na sua elaboração, muito centrada na auscultação e envolvimento direto dos cidadão e atores de relevo na comunidade. Daqui ter-se optado, na elaboração do segundo plano estratégico por uma abordagem metodológica semelhante. Está foi objeto de discussão e aprovação por parte da autarquia perante a equipa técnica, ficando-se na expectativa de verificar se a população se mantinha recetiva e participativa como no primeiro Plano e, ao mesmo tempo tentar, por um lado, verificar até que ponto se sentiram vinculados ao longo do tempo, por outro lado, verificar níveis de entusiasmo e convicção que alimentassem o seu envolvimento/participação o processo de elaboração do segundo Plano Estratégico.

Por parte da autarquia foi assumido um papel informativo e incentivador junto dos cidadãos e atores locais no sentido de promover a participação dos mesmos

em cada momento solicitado pela equipa técnica, para a realização de entrevistas individualizadas e reuniões em grupo.

As linhas de orientação residiram essencialmente na disponibilidade ouvir e sentir os munícipes, numa lógica de enquadramento proactivo relativamente aos recursos e potencialidades do território, com vista à promoção do seu desenvolvimento equilibrado.

2 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

A utilidade de um processo de planeamento estratégico à escala local filia na riqueza e na diversidade das respostas que possa formular para o conjunto de *stakeholders* políticos, sociais, económicos e culturais, avaliando as capacidades e o potencial endógeno, bem como as ameaças e as oportunidades que se podem abrir na trajetória de desenvolvimento prosseguida pela autarquia. O planeamento estratégico, que foi incorporado na análise territorial a partir das experiências bem-sucedidas na área da gestão empresarial, visa, no essencial, dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas no desenvolvimento do potencial endógeno das comunidades territoriais (Ferrão, 2002; Ferreira, 2007). O motor do processo de desenvolvimento passa a ser da responsabilidade dos atores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos endógenos, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos diferentes desafios futuros (Guerra, 2000).

O planeamento estratégico aplicado ao desenvolvimento territorial tem, contudo, radicado essencialmente nos reptos associados à complexidade da grande escala urbano-metropolitana e à sua inserção competitiva na economia-mundo. Rareiam, contudo, os exemplos provenientes da pequena escala territorial, centrados sobre territórios de baixa densidade demográfica e económica que são, normalmente, portadores de dinâmicas de desenvolvimento a que os princípios do planeamento estratégico podem fornecer um importante contributo de análise prospetiva (Güell, 1997; Fernandes, 2006).

A reflexão estratégico-prospetiva sobre um território possibilita levar em consideração uma lógica de futuro desejável e voluntarista nas orientações do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, superar as restrições e as contradições do curto prazo (Albrecht et al., 2017). Permite, igualmente, dinamizar com atores públicos e privados, numa lógica partilha e de aprendizagem coletiva, uma consciência da necessidade de

mudança rumo a objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo, deste modo, para a tomada de decisões económicas mais eficientes, a equidade social e o respeito pelo meio ambiente.

O planeamento estratégico adota uma visão sistémica e construída da realidade territorial e nisso diferem de outros instrumentos de planeamento, designadamente no domínio do planeamento urbano. Mesmo que os planos urbanísticos se preocupem fundamentalmente em localizar, definir e regulamentar os usos do solo e planificar as infraestruturas urbanas, o objetivo último do planeamento estratégico é garantir uma maior competitividade económico-territorial e uma maior qualidade de vida. Dito de outra forma, um plano estratégico pretende encontrar “modelos de desenvolvimento local”, ultrapassando a redutora dimensão linear e cartesiana do planeamento e do ordenamento físico, e assumindo a complexidade socioeconómica e político-institucional da comunidade analisada como variável-chave do processo de planeamento. Nesse sentido, vale tanto pelo processo como pelo produto – as dinâmicas participativas subjacentes à elaboração do plano devem consubstanciar momentos pedagógicos por excelência, indutores da ação concertada para a melhoria dos patamares de qualidade de vida, de reforço dos laços de coesão comunitária, de qualificação da economia local, numa abordagem enquadrada pelos princípios do desenvolvimento sustentável. O seu quadro de referência é a ação e, nesta aceção, é encarado como uma vontade coletiva e sistemática de produzir resultados e de os controlar tratando-se, em última instância, de um processo de racionalização da ação pública no quadro de um determinado território (Kemp, 2018).

O planeamento estratégico propõe uma abordagem moderna, em termos de desenvolvimento territorial, apoiada numa visão de médio/longo prazo, detendo uma especial ênfase aos problemas estruturais, e menos aos conjunturais, ambicionando criar, em termos de gestão territorial, novas categorias de pensar e de agir que derivam do reconhecimento da crescente incerteza e complexidade do devir comunitário.

Nesse sentido, a utilidade da metodologia de planeamento estratégico justifica-se tanto para os grandes ou médios espaços urbano-metropolitanos quanto para os pequenos territórios concelhios periféricos com problemas estruturais de desenvolvimento. cremos, até, que pelo desequilíbrio das forças e dinâmicas dos mercados, pela omissão de políticas públicas, pela rarefação de atores empresariais e institucionais, bem como pela menor dotação de meios financeiros, mais pertinente se torna ainda o planeamento estratégico no âmbito municipal (Ferrão, 2011; Knob, 2017). Trata-se, no fundo, de os municípios, no quadro das margens da respetiva autonomia, procurarem ativamente soluções para os

seus problemas de desenvolvimento, nunca numa perspetiva insular e autárquica, mas no quadro dinâmico da cooperação multinível.

Num tempo em que, em Portugal, a generalidade dos municípios procura afirmar fatores de diferenciação face aos concelhos vizinhos, melhorar o seu posicionamento competitivo, gerar emprego em quantidade e qualidade e garantir elevados patamares de coesão social, os instrumentos de análise, diagnóstico e ação prospetiva disponibilizados pelo planeamento estratégico constituem uma oportunidade para responder, com mais segurança, aos desafios da sociedade e da economia contemporânea.

3 O 1.º PLANO ESTRATÉGICO PARA O CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Em 2003, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão lançou o desafio ao Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) para elaborar o plano estratégico para o concelho. Pretendia-se lançar “um olhar sobre Vila Velha de Ródão,” refletir sobre o modelo de desenvolvimento do concelho e, a partir do diagnóstico efetuado, definir os princípios orientadores para a implementação das políticas a seguir pela autarquia e sugerir a realização de um conjunto de projetos estruturantes que materializassem o processo de desenvolvimento estratégico a adotar.

Através do Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER), estrutura de interface entre a academia e a comunidade onde esta se insere, este desafio foi aceite; para tal foi constituída uma equipa pluridisciplinar que desenvolveu a abordagem teórica e o trabalho de campo.

O planeamento estratégico desenvolvido no âmbito da primeira abordagem realizada para o território de Vila Velha de Ródão em 2003, tentou dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas na mobilização do potencial endógeno das comunidades territoriais. Foi, nessa altura, reconhecido que processo de desenvolvimento é da responsabilidade dos atores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos locais, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos desafios futuros.

Surgiu num contexto de abertura à sociedade civil, procurando que da interação das diferentes racionalidades dos atores territoriais fossem gerados projetos partilhados de desenvolvimento. Pretendendo-se articular e dar coerência a iniciativas da administração pública e dos sectores associativo, cooperativo e privado. Deste modo, a intervenção ao nível do planeamento estratégico visou estabelecer um roteiro de desenvolvimento, antecipando trajetórias possíveis e desejáveis de futuro.

O concelho de Vila Velha do Ródão já na altura era um território com fortes problemas estruturais de ajustamento a que interessava dar uma resposta eficaz e, nesse sentido, o planeamento estratégico assumiu-se como instrumento privilegiado rumo a trajetórias de desenvolvimento sustentável e à descoberta e promoção do potencial endógeno. Daí que a equipa técnica responsável pela elaboração do Plano Estratégico, à época, tenha tentado encontrar respostas junto dos atores locais, no sentido de ir ao encontro dos seus próprios anseios, interesses e, essencialmente nas suas disponibilidades para a participação no processo de desenvolvimento que perspetivam para o seu concelho.

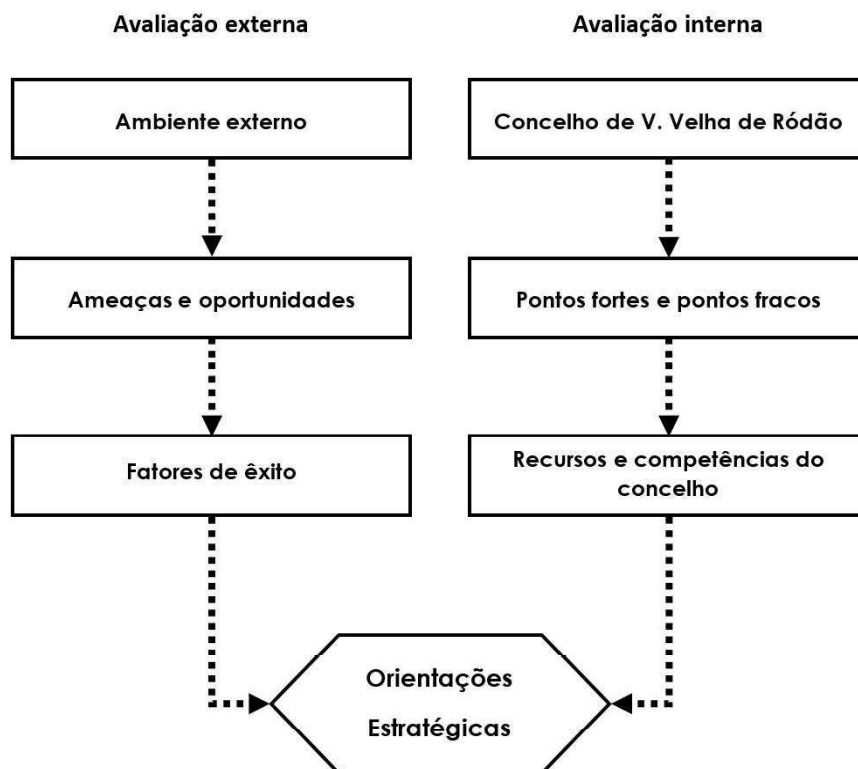
Assim, a proposta apresentada resultou das colaborações de todos aqueles que junto da equipa técnica manifestaram as suas posições e disponibilizaram informações e ideias, que no seu conjunto, permitem dizer que o trabalho é efetivamente do próprio concelho.

Em termos metodológicos o primeiro Plano Estratégico do Concelho de Vila Velha do Ródão tentou analisar os mecanismos que permitem potenciar o quadro de recursos endógenos existentes, afirmando os seus traços de inovação e de diferenciação num cenário de crescente abertura da economia internacional, conforme é apresentado na Figura 1.

Ao longo das várias etapas da implementação do Plano que implicou a consulta de fontes documentais, trabalho de campo e a auscultação de diversos atores locais, para além da realização de uma sessão aberta na autarquia para análise e discussão dos resultados intercalares, a equipa responsável pela elaboração deste Plano Estratégico seguiu algumas questões nucleares que balizaram todo o trabalho realizado, designadamente:

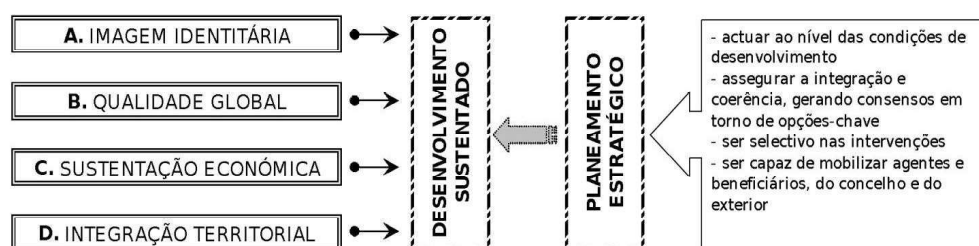
- O que pode vir a ser o Concelho de Vila Velha do Ródão num horizonte de médio/longo prazo? Em que situação se encontra? Para onde está a ir/ser conduzido? Para onde quer efetivamente ir?
- Como é que se pode enveredar por uma trajetória de desenvolvimento mais qualificante e promotora de maiores níveis de bem-estar social, económico e ambiental?
- O que é que os atores locais podem (querem, devem) fazer juntos para implementar e consolidar o sentido das mudanças?

Figura 1 - Roteiro metodológico do 1.º Plano Estratégico do Concelho de Vila Velha de Ródão.



O planeamento estratégico na altura enquadrou as atuações ao nível das condições de desenvolvimento e a necessária integração e coerência por forma a gerar consensos em torno das opções-chave (Figura 2).

Figura 2 - Os vetores de desenvolvimento no planeamento estratégico.



Assim, a perspetiva estratégica global do Plano Estratégico assentou nas seguintes ideias principais:

- “Um concelho com bilhete de identidade e história”: Reforço das trajetórias identitárias, de coesão social e de afirmação territorial;

- “Um concelho onde sabe bem viver”: melhoria da qualidade de vida da população;
- Qualificação dos elementos de qualidade urbana, do meio ambiente e de paisagem;
- “Um concelho com futuro”: Dinamização socioeconómica, elevação dos patamares de competitividade e diversificação da base de sustentação.

Estas ideias foram, por sua vez, consubstanciadas em linhas estratégicas de desenvolvimento do município e, finalmente, apresentadas as propostas dos projetos estruturantes respetivos.

Ao longo do período de elaboração do plano foi mantido um canal de comunicação permanente com a autarquia de modo a auscultar e a incorporar as sugestões dos autarcas e serviços técnicos do município. Simultaneamente foi desenvolvida uma estratégia de proximidade com os atores locais, no sentido de conhecer as suas aspirações e a incorporá-las no plano.

No sentido de envolver a comunidade rodense no processo de tomada de decisão, foram efetuadas duas reuniões setoriais para discussão e validação dos projetos a incluir no plano estratégico. Procurou-se, igualmente, sensibilizar os participantes a contribuir ativamente para a concretização das ações a desenvolver.

O documento final foi submetido à apreciação da autarquia para aprovação final e passou-se à fase de ação.

4 A REVISITAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Em 2019, a autarquia de Vila Velha de Ródão lança ao IPCB o desafio de visitar o plano estratégico para o concelho.

Esta revisão prende-se com a necessidade sentida de redefinir o modelo de desenvolvimento estratégico para o concelho face aos novos desafios resultantes da conjuntura interna e externa vigente e à dinâmica evolutiva experimentada pelo território nos últimos quinze anos.

No âmbito da revisão em curso, os princípios organizadores mantêm-se centrados na “prioridade do processo”, em contraponto à figura de um plano rígido. Mais do que a elaboração de um Plano Estratégico, pretende-se dinamizar a ação estratégica no concelho, colocando em situação de protagonismo efetivo os atores locais e visando promover iniciativas inseridas no conceito abrangente de desenvolvimento integrado e sustentável.

Nesse sentido, são incorporados na metodologia instrumentos que irão incrementar a participação dos diferentes atores, estimulando a inteligência e o esforço

partilhado de todos ao longo do processo de decisão. Neste particular, salientam-se a análise estrutural MIC-MAC, que permite identificar as variáveis-chave do sistema e as suas inter-relações e o contributo da metodologia *Focus-group* na identificação, caracterização, hierarquização e seleção dos projetos e ações de acordo com a sua importância estratégica para a definição da revisão do Plano.

Para a elaboração do novo Plano Estratégico foi efetuado um trabalho de recolha de informação que assentou na pesquisa de fontes documentais e estatísticas, na realização de entrevistas e na observação direta.

Segundo diversos autores (Marconi e Lakatos, 1996; Flick, 2005) a entrevista é uma das principais técnicas de recolha de dados em investigações qualitativas. Neste caso, a realização de entrevistas aos atores locais era de primordial importância uma vez que se pretendia o seu envolvimento de modo a assegurar que o documento final do plano estratégico refletisse a expressão coletiva de vontades e de ambição da comunidade rodense.

Optou-se por entrevistas semiestruturadas uma vez que as opiniões e pontos de vista dos entrevistados são mais facilmente expressos numa situação de entrevista aberta do que numa entrevista estruturada e, simultaneamente, proporcionam uma enformação mais rica e pormenorizada.

Bailey (1994) e Marconi e Lakatos (1996) caracterizam a observação como um método de recolha de dados que utiliza os sentidos para apreender diversos aspetos da realidade; não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em analisar os factos que se pretende estudar.

No decurso do trabalho de campo, a equipa técnica utilizou esta técnica adotando uma abordagem aberta, assistemática, participante e em situação natural.

Feito o diagnóstico e auscultados os atores locais partiu-se, então, para a apresentação de propostas de atuação no território que materializassem a vontade dos atores locais.

O modelo de desenvolvimento proposto assenta em seis eixos estratégicos:

- Valorização do complexo agroflorestal, promovendo uma abordagem integrada das atividades agrícolas com a gestão florestal e a conservação da natureza, potenciando a compatibilização dos interesses económicos, ambientais e culturais.
- Ordenamento do território e revitalização urbana, numa perspetiva de revitalização e valorização do espaço urbano, criando fatores de identificação e reforçando a atratividade local.

- Qualificação socioeducativa, cultural e desportiva, de modo a garantir a disponibilização de serviços socioeducativos, culturais e desportivos de qualidade, adequados às necessidades dos diversos públicos-alvo.
- Dinâmica económica - empresarial, com o objetivo de promover uma economia competitiva, inovadora, resiliente, diversificada e orientada para o mercado.
- Animação turística e lazer, pretende-se alavancar uma estratégia de desenvolvimento turístico através de processos de reinvenção criativa definindo um posicionamento distintivo.
- Marketing territorial e comunicação no sentido de construir e comunicar uma nova imagem do concelho, ancorada nos seus valores naturais e patrimoniais.

Para cada eixo estratégico foram propostas linhas de atuação que se consubstanciam em projetos específicos.

5 CONCLUSÕES

De facto, e estando praticamente na fase final de conclusão do documento, podemos desde já considerar que a participação foi de grande relevância, verificando-se até algum entusiasmo acrescido em alguns atores, que consideraram como positiva a primeira experiência da sua participação há sensivelmente 15 anos atrás.

O plano, per si, constituiu-se num instrumento de comunicação entre a autarquia e os munícipes em que em determinados momentos de exposição pública o mesmo é evocado no sentido de reforçar a ideia de que a intervenção em curso decorre da sua participação no processo do planeamento e está por eles subscrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albrechts, L., Balducci, A. e Hillier, J. (2017). *Situated Practices of Strategic Planning – an International Perspective*, Routledge, New York.

Almeida, C.A.M., Castela, A.P., Garcia, A.R., Ramos, G., Quinta-Nova, L., Brito, S., Santos, D. (2004). Plano de desenvolvimento estratégico de Vila Velha de Ródão. Castelo Branco: IPCB. 128 p.

Bailey, K. (1994). *Methods of Social Research*. New York: The Free Press. 553 p.

Fernandes, A.M.P. (2006). *Planeamento do Território e as Novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Ferrão, João (2002). Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação, *Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local*. 3(4): 17-28.

Ferrão, João (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Ferreira, A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Editora Monitor. 316 p.

Güell, J.M.F. (1997). *Planificación Estratégica de Ciudades*, Gustavo Gili, Barcelona.

Guerra, I. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades, Organização do Espaço e Ação Coletiva, *Cidades - Comunidades e Territórios*. 1: 37-55.

Kemp, R. (ed.) (2018). *Strategic Planning in Local Government. A Case Book*. Routledge, New York.

Knob, A. (2017). *Planejamento Estratégico para os Municípios de Pequeno Porte no Contexto das Cidades Criativas*, dissertação de doutoramento, UNISINOS, São Leopoldo.

Marconi, M., Lakatos, E. (1996). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas. 278 p.

Sager, T. (2013). *Reviving Critical Planning Theory*. Routledge, New York.